

CONSTRUIR, NAVEGAR, (RE)USAR O DOURO DA ANTIGUIDADE

COORD.
LINO TAVARES DIAS
PEDRO ALARCÃO

Título: ***Construir, Navegar, (Re)Usar o Douro da Antiguidade***

Coordenação: Lino Tavares Dias, Pedro Alarcão

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Fotografia da capa: *Leito do rio Douro entre Porto Manso (Baião) e Porto Antigo (Cinfães)*.

Fotografia de A. Loureiro Tavares, Agosto 1960.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8351-95-1

Depósito Legal: 450319/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-95-1/cons>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

INTERPRETAR, CONSERVAR, VALORIZAR A RUÍNA. REFLEXÕES EM CONTEXTO ACADÉMICO

PEDRO ALARCÃO*

Os frutos da colaboração entre arqueólogos e arquitectos são hoje realidade genericamente aceite e tinham sido já comprovados, de forma que se pretende cada vez mais transdisciplinar, por muitos dos que participaram no Encontro CITCEM *Construir, Navegar (Re)Usar o Douro da Antiguidade*.

Tal colaboração passa, sobretudo, e no que aos arquitectos diz respeito, pelo uso do desenho como método e instrumento de concepção, um desenho capaz de determinar a lógica compositiva do edifício (o seu traçado, distribuição entre partes e proporção), bem como a sua lógica de materialização (o seu sistema estrutural e técnica construtiva).

Mas este instrumento de concepção pode também ser uma ferramenta de análise, agora em sentido inverso, da ruína ao construído, e ninguém está em melhores condições para empreender tal tarefa, do que o arquitecto, utilizando o que *subsiste*, para determinar o que *falta*.

Se este entendimento começa a ser aceite em certos meios profissionais, mais ligados à intervenção e gestão em contexto arqueológico, é premente levar estas temáticas e reflexões para o ambiente académico, por forma a sensibilizar e formar os estudantes e recém-licenciados em Arquitectura, seja na interpretação, na conservação ou na valorização dos vestígios escavados, tarefa que temos vindo a empreender em diversos níveis de ensino da FAUP, e cujos resultados aqui partilhamos.

* CEAU-FAUP. p.alarcao@arq.up.pt.

A interpretação de um sítio arqueológico pode realizar-se a partir de um edifício para a cidade, tentando determinar ou confirmar o seu traçado viário (nomeadamente o recurso uma modulação concebida a partir do *actus quadratus*), compreender o seu processo de transformação, apontar novas hipóteses para a composição de alguns dos seus edifícios e até mesmo identificar novas estruturas e edifícios. Tal aconteceu em Tongobriga, onde se apontou uma nova hipótese para o porticado da praça do fórum e a eventual existência de um teatro ou até mesmo de um anfiteatro, ambos equidistantes entre si e o *forum*, constituindo um interessante centro cívico; hipóteses sempre dependentes de sondagens e sujeitas a confirmação pela arqueologia (Figs. 1 a 3).



Fig. 1.
Tongobriga.
Charles Rocha
(2011).

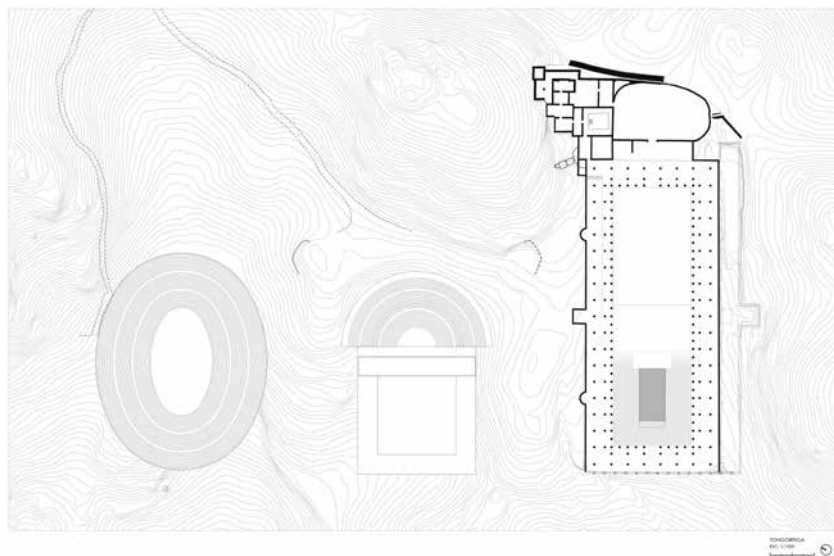


Fig. 2.
Tongobriga.
Charles Rocha
(2011).

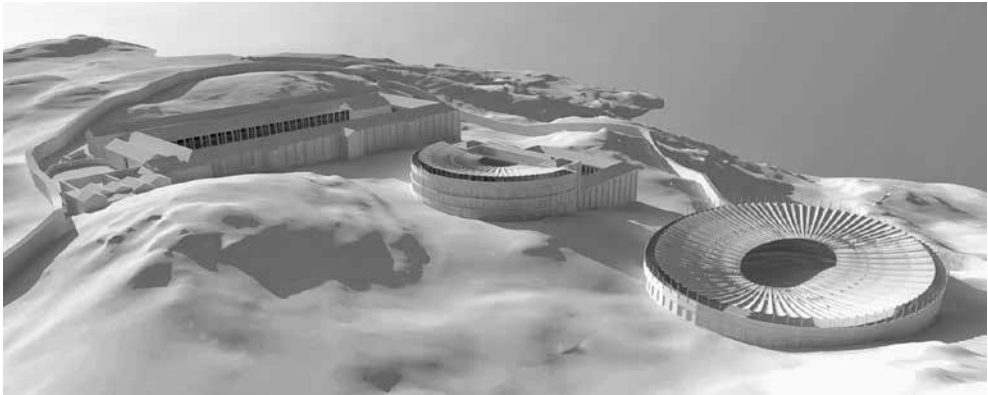


Fig. 3. Tongobriga. Charles Rocha (2011).

Mas a interpretação pode igualmente surgir de um edifício bem conhecido, embora não orientado segundo o alinhamento do restante traçado urbano, determinando a medida utilizada na sua concepção, o *pes romanus*, para intuir os elementos desaparecidos da cidade, agregando todos os vestígios escavados e dispersos, por forma a identificar um hipotético traçado viário quadriculado; assim como estender-se à interpretação do território, nomeadamente na identificação da centurição, como aconteceu em Chaves, antiga *aqua flavia*. Nos casos em que tal acontece, a confirmação da grelha à escala territorial, é um magnífico indício da sua justeza à escala urbana e arquitectónica (Figs. 4 e 5).

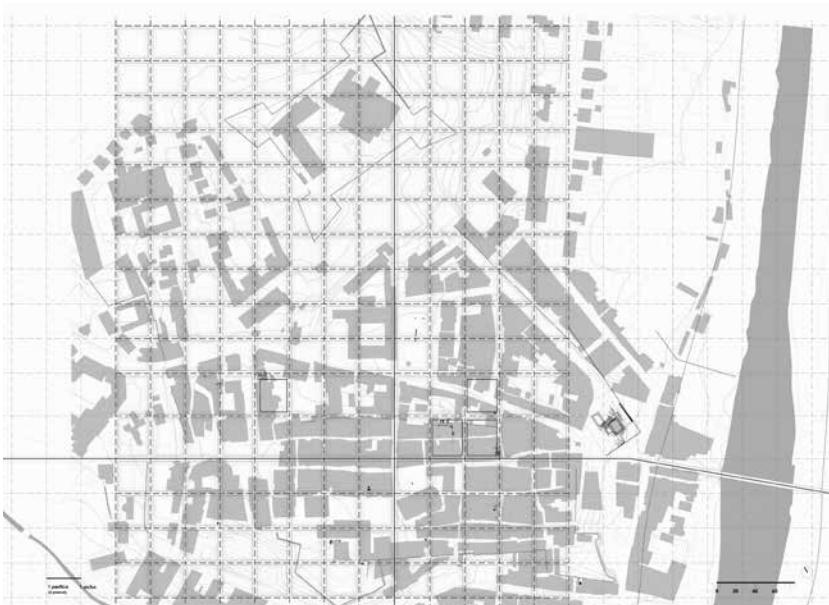


Fig. 4.
Chaves.
Margarida
Alves (2015).

Abordam-se igualmente as metodologias de protecção mais alargada, quando tais operações implicam intervenções arquitectónicas, como a criação de novas superfícies pavimentadas, o alteamento de muros, a protecção de estruturas subterrâneas a cobrir, ou a necessidade de reconstituir estruturas, para promover acções de anastilose ou reconstituições parciais; todas estas acções empreendidas com a necessária protecção das estruturas originais e o debate sobre a decisão por uma linguagem arquitectónica mimética ou identificada.

A conservação das estruturas arqueológicas implica em muitas situações a construção de um abrigo, uma cobertura e, em alguns casos, a necessidade de estender a protecção a planos verticais, configurando uma espécie de contentor.

Essa cobertura pode ser abstracta, tendo como único intuito a protecção dos vestígios e, nesse caso, apenas cumpre a função de conservação da ruína; o que não implica o descuido do seu desenho e do seu processo construtivo, nomeadamente a sua compatibilização com as estruturas escavadas, bem como o seu necessário enquadramento com a envolvente (Fig. 6).

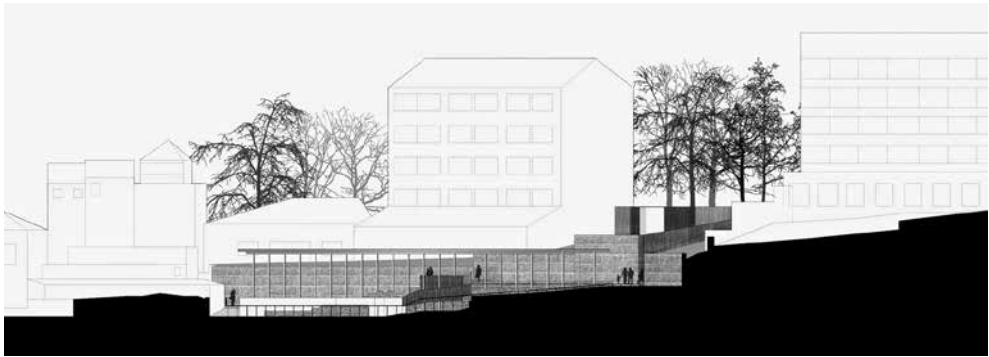


Fig. 6. Complexo edificado das Carvalheiras, Braga. Ana Luísa Sá (2012-2013).

Mas a cobertura pode também ser evocativa e, nesse caso, para além da conservação da ruína, contribui igualmente para a sua valorização; pois é através da sua capacidade evocativa que podemos garantir uma melhor compreensão dos vestígios arqueológicos, sem recurso a reconstituições directamente realizadas sobre eles.

Os níveis de evocação de uma cobertura podem ser variados, desde a possibilidade de dar indicação de estruturas murárias desaparecidas, da escala integral ou parcial do espaço interior ou da sua compartimentação, da relação entre luz e sombra existente na arquitectura evocada, das formas dos seus tectos e coberturas exteriores, etc. (Fig. 7).

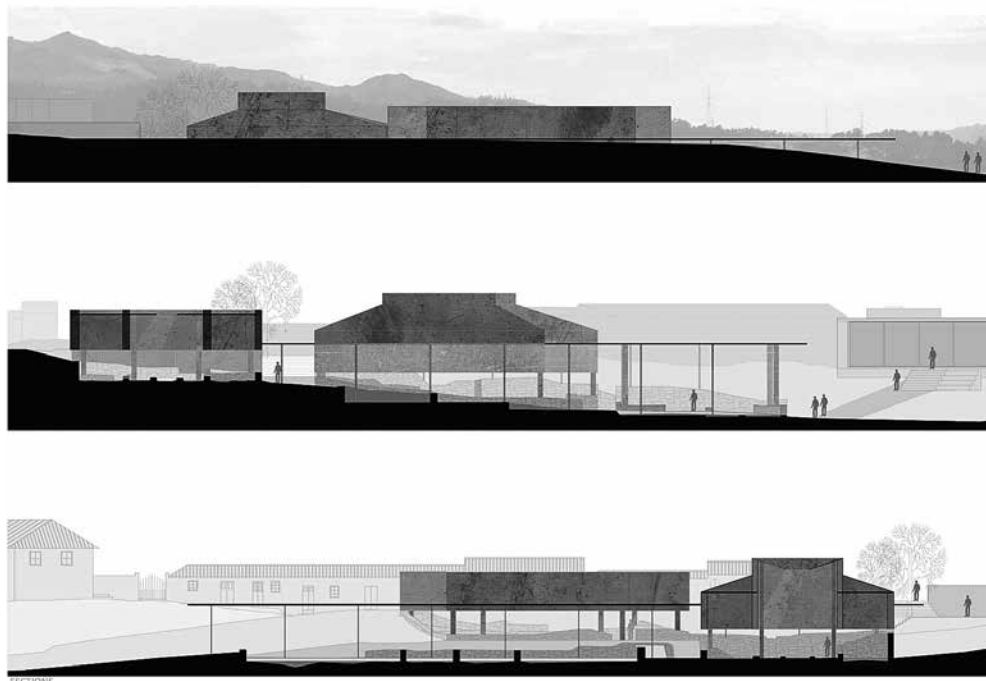


Fig. 7. Área Habitacional, Tongobriga. Margarida Leão (2012).

Se as coberturas têm como principal função proteger os vestígios exumados, em alguns casos as mesmas podem ser praticáveis, criando novos pavimentos e garantindo excelentes acessos às arquitecturas e ambientes evocados (Figs. 8 e 9).

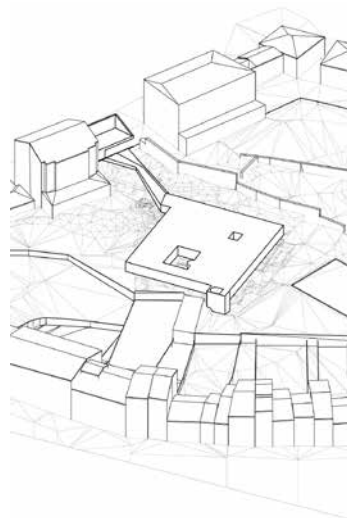


Fig. 8.
Complexo edificado das Carvalheiras,
Braga. Pedro Cruz
(2012-2013).

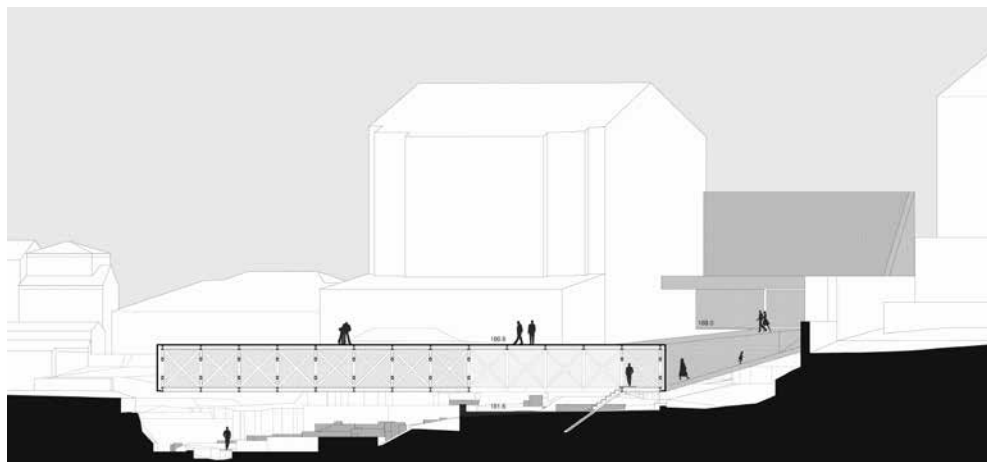


Fig. 9. Complexo edificado das Carvalheiras, Braga. Pedro Cruz (2012-2013).

Respondendo às solicitações da cidade actual, os novos mecanismos para garantir a fruição pública da ruína e aumentar os seus níveis de compreensão, são também oportunidades para assegurar uma rica e equilibrada *experiência de passagem* para o mundo Antigo (Figs. 10 e 11).

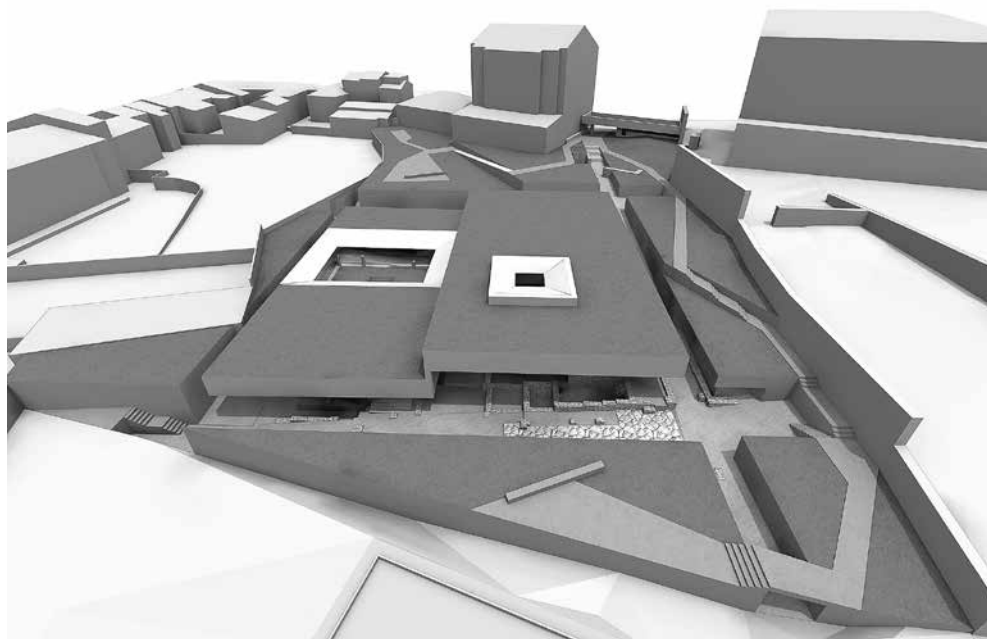


Fig. 10. Complexo edificado das Carvalheiras, Braga. Carlos Machado e Moura (2012-2013).



Fig. 11. Complexo edificado das Carvalheiras, Braga. Carlos Machado e Moura (2012-2013).

Algumas estruturas arqueológicas não necessitam de cobertura, desde logo as que não apresentam elementos com necessidade de preservação, ou, de um modo geral, quando se tratam de fragmentos de arquitecturas que nunca tiveram cobertura.

Uns desses casos são os edifícios de espectáculo, como os teatros ou anfiteatros, edifícios que melhores condições têm para se reutilizar, naturalmente mantendo a sua função original, dando cumprimento à *Carta de Verona* e à *Recomendação de Segesta*.

Essas acções de valorização, sempre entendidas igualmente como protecção de estruturas, desde que devidamente acauteladas, são formas de aumentar os níveis de inteligibilidade dos vestígios, seja pela reconstituição de elementos essenciais da composição da sua *cavea* ou do seu corpo cénico, de uma parte da sua volumetria desaparecida, dos seus acessos originais, etc. A reconstituição de elementos de um corpo cénico pode, por exemplo, ajudar a explicar a tipologia do teatro romano e ao mesmo tempo ajudar a enquadrar ou minimizar uma envolvente difícil. Uma reconstituição parcial de uma *cavea*, ou de partes fundamentais para a sua compreensão, para além de naturalmente permitir a sua fruição e uso, aumenta a percepção do visitante. De igual modo, alguma estrutura nova que seja necessário criar, como uma recepção ao visitante ou um pequeno centro interpretativo ou expositivo, pode contribuir, desde que devidamente articulada, como mais um auxiliar de compreensão da ruína (Fig. 12).

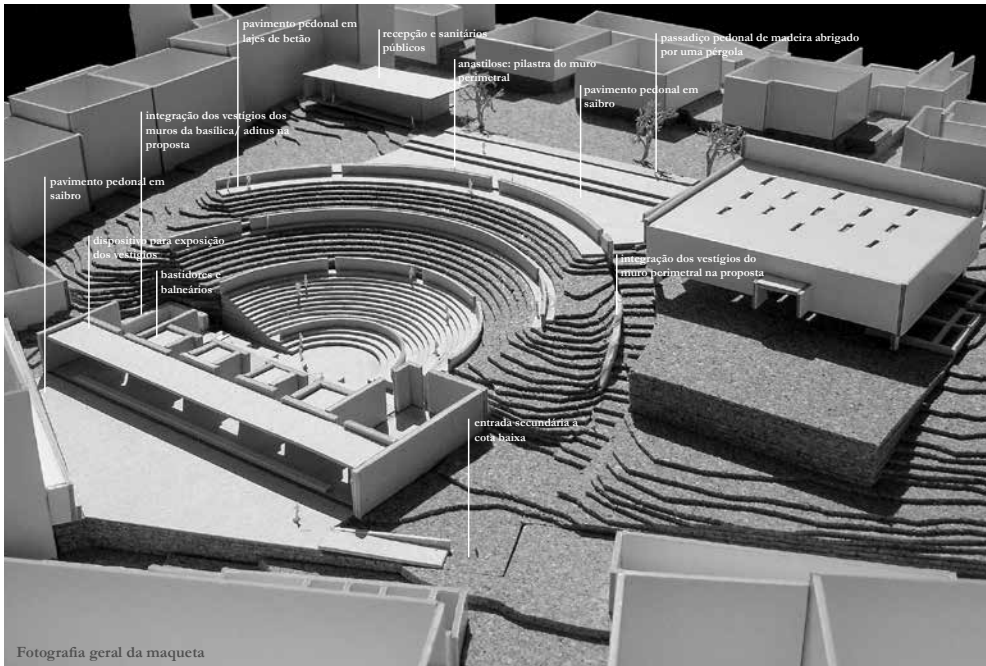


Fig. 12. Teatro Romano do Alto da Cidade, Braga. Mariana Sá (2011-2012).

Outras estruturas arqueológicas não necessitam de cobertura, porque estão elas já, em resultado do crescimento urbano que as envolveu, cobertas por edificação contemporânea. E nesse caso, resolvida que está a primeira necessidade da sua conservação, é necessário tratar as referidas estruturas e compatibilizar as mesmas com a fruição pública pretendida; bem como compatibilizar os espaços agora tratados, com o contentor contemporâneo herdado, tenha a intervenção como objectivo apenas a fruição pública ou a reabilitação arquitectónica do espaço, com introdução de uma nova função (Fig. 13).

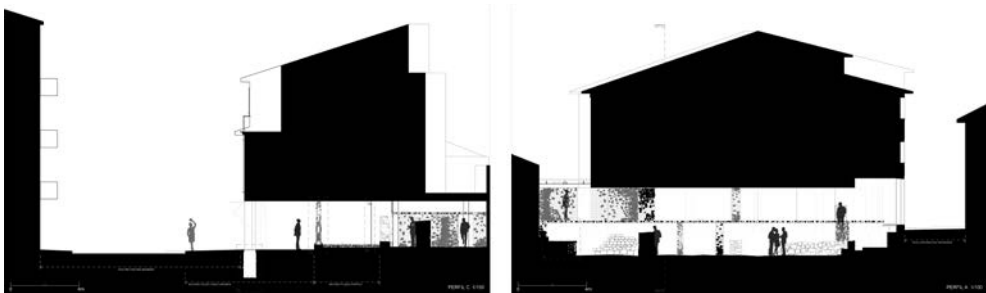


Fig. 13. Complexo edificado Rua Frei Caetano Brandão, Braga. António Pinto (2013-2014).

A interpretação e a conseqüente reconstituição da ruína, se não deve ter qualquer limite no desenho e na realização de modelos, sejam físicos ou virtuais, deve ser muito ponderada, no caso de se pretender implementar a sua materialização.

E as razões são várias: em primeiro lugar é necessário pensar que o conhecimento das arquitecturas fragmentadas que estamos a interpretar está em permanente desenvolvimento, em função de novas escavações e novos dados, e a correcção de uma interpretação materializada pode, pura e simplesmente, já não ser possível; em segundo lugar, temos que ter em consideração a importância da ruína, importância essa que deriva justamente do facto de se ter tornado precisamente numa ruína, perdendo em grande parte os seus valores de *firmitas* e de *utilitas*, mantendo o seu valor de *venustas*, agora muito sobrevalorizado, em resultado do seu progressivo desaparecimento, enquanto arquitectura.

Sobretudo por estas razões, se opta, na maioria dos casos, por promover reconstituições bastante parciais da ruína e se acautela o estado de conservação das estruturas originais.

Para suprir essa limitação, da materialização das interpretações que vão sendo realizadas, implementam-se dispositivos para comunicação das mesmas, através dos meios mais comuns de divulgação, nomeadamente em papel e em suporte virtual, como referimos. Os primeiros são disponibilizados em brochuras ou catálogos e, preferencialmente, em painéis informativos e sinalética vária; sendo os segundos divulgados por meios informáticos de visionamento, em estruturas de acolhimento ou por consulta on-line.

Outros meios de comunicação, que podemos considerar de engenhosos mecanismos de comunicação interpretativa, podem ser a combinação, *in situ*, da interpretação desenhada e do próprio objecto da interpretação (Figs. 14 e 15).

Finalmente, recorremos a Alberto Ustárroz, como repetidamente gostamos de fazer, para salientar a principal Lição que os arquitectos podem retirar das ruínas, seja em contexto profissional ou académico.

Como podem as ruínas ajudar a construir o presente? As ruínas devolvem-nos o que lhes damos, o que lhes perguntamos desde o presente, transformado, acrescentado com a sua proposta radical, isto é, a sua mensagem de essencialidade¹.

¹ USTÁRROZ, 1997: 286.

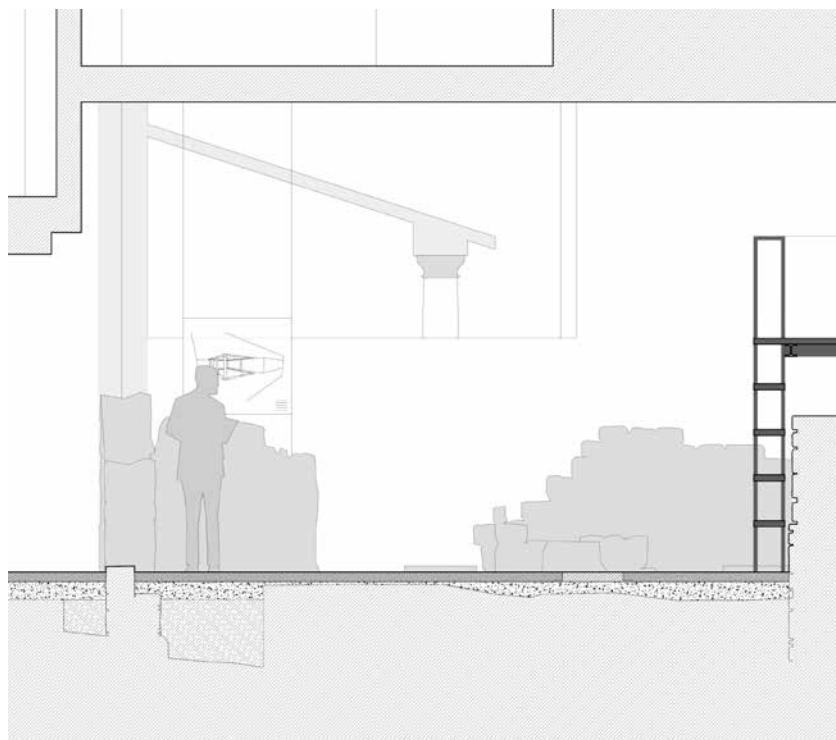


Fig. 14.
Complexo edificado Rua Frei
Caetano Brandão, Braga.
Charles Rocha
(2013-2014).



Fig. 15.
Complexo edificado Rua Frei
Caetano Brandão, Braga.
Charles Rocha
(2013-2014).

REFLEXÕES APRESENTADAS

1. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura – FAUP
 - Charles Rocha. «Centro cívico de Tongobriga. Contributos para a sua reconstituição conjectural», 2011
 - Margarida Leão. «Cidade Romana de Tongobriga. Contributos para a sua conservação e inteligibilidade», 2012
 - Margarida Alves. «*Aquae Flaviae*: a ruína como imagem da cidade», 2015
 - Elsa Pinto. «A Arquitectura como Instrumento de Compreensão, Consolidação e Valorização da Ruína. O caso do Monte Mozinho, Penafiel» (em curso)
2. Curso de Estudos Avançados em Património Arquitectónico (CEAPA-FAUP)
 - UC Metodologias de Projecto – Tema 1 (Património Arqueológico)
2011-2012 – Carlos Graça, Mariana Carvalho, Mariana Sá
2012-2013 – Ana Luísa Sá, Carlos Machado e Moura, Fernando Barros, Pedro Cruz
2013-2014 – António Pinto, Charles Rocha, José António Lopes, Luísa Capitão
2015-2016 – Catarina Azevedo, Marcos Veiga, Sofia Gaspar

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, Jean-Pierre (1989) – *La construction Romaine: matériaux et techniques*. 2ª ed. Paris: Grands Manuels Picard.
- ALARCÃO, Pedro (2009) – *Construir na ruína. A propósito da cidade romanizada de Conimbriga*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento (policopiada).
- _____, coord. (2014) – *Catálogo de Exposição Intervenção arquitectónica em contexto arqueológico. Propostas e desafios para a cidade de Braga*. Porto: FAUP publicações.
- DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro, coord. (2011) – *Interpretar a Ruína: contribuições entre campos disciplinares. Actas do Seminário Internacional de Arquitectura e Arqueologia*. FAUP, 2008. Porto: FAUP Publicações.
- JONES, Mark Wilson (2003) – *Principles of Roman Architecture*. London: Yale University Press.
- ROCHA, Charles; TAVARES DIAS, Lino; ALARCÃO, Pedro (2014) – *Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano*. Porto: CITCEM e Edições Afrontamento.
- USTÁRROZ, Alberto (1997) – *La Lección de las Ruinas: presencia del pensamiento griego y romano en la arquitectura*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos. (Arquíthesis, n.º 1).